

VISÃO DO CORREIO

Os partidos ainda não têm a cara do Brasil

É preocupante constatar que a maioria da população brasileira continua sub-representada nas chapas mais competitivas nas eleições deste ano. As principais candidaturas à Presidência da República são encabeçadas por homens brancos e, em grande parte, repetem esse perfil na escolha dos candidatos a vice. O mesmo ocorre nas disputas estaduais. Nos cinco maiores colégios eleitorais — São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná —, o perfil se repete entre os nomes com maior possibilidade de vitória. O poder político permanece muito menos diverso do que a sociedade chamada a legitimá-lo pelo voto.

Os partidos ainda têm até 15 de agosto para registrar formalmente as candidaturas na Justiça Eleitoral. Entretanto, as convenções terminaram na última quinta, e o desenho político das principais disputas está praticamente definido. O contraste com a composição da sociedade é evidente. Segundo o Censo de 2022, do IBGE, 45,3% dos brasileiros se declararam pardos e 10,2%, pretos. Somados, são 55,5% da população, enquanto os brancos representam 43,5%. As mulheres, por sua vez, são 51,5% dos habitantes do país.

A maioria demográfica também é maioria no colégio eleitoral. Nas eleições municipais de 2024, as mulheres somaram 52,47% do eleitorado. Eram maioria em todos os estados e em quase 62% dos municípios. Apesar disso, apenas 12.331 foram eleitas, 17,92% do total. Nas prefeituras, a desigualdade foi ainda maior: somente 725 mulheres chegaram ao comando municipal, equivalentes a 13,23% dos prefeitos escolhidos naquele ano.

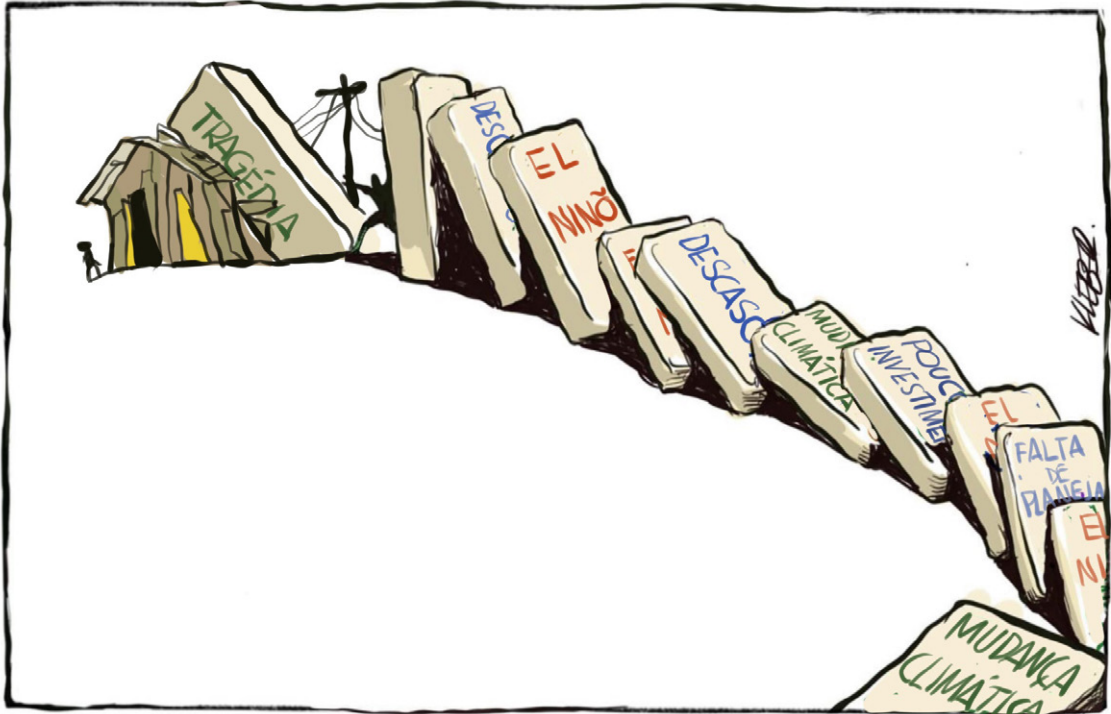
Nas eleições gerais de 2022, foram eleitas 91 deputadas federais, apenas 17,7% dos 513 integrantes da Câmara. Levantamento publicado pela Escola Judiciária Eleitoral mostra uma desigualdade ainda mais profunda quando gênero e raça são considerados conjuntamente: apenas 10 cadeiras, ou 1,94% da Câmara, foram atribuídas a mulheres negras na classificação utilizada pelo

estudo. No Senado, havia somente uma mulher negra entre os 81 integrantes. Nas assembleias legislativas, mulheres negras ocupavam 74 das 1.059 vagas, aproximadamente 7%. Não se trata, portanto, apenas de desigualdade entre homens e mulheres, mas de uma estrutura submetida aos efeitos do racismo e do machismo.

A legislação procurou corrigir parte dessa distorção ao estabelecer o mínimo de 30% de candidaturas de cada gênero nas eleições proporcionais e determinar a distribuição proporcional de recursos e propaganda para mulheres e pessoas negras. Mas as regras são insuficientes. São cumpridas de maneira burocrática, com candidaturas pouco competitivas, concentração do dinheiro nos mesmos grupos e tentativas de fraude às cotas. A igualdade formal na lista não produz automaticamente igualdade real na disputa. Em 2024, por exemplo, as mulheres eram cerca de 34% das candidaturas registradas, enquanto as mulheres negras representavam 17,7%.

Não significa que somente mulheres possam representar mulheres ou que negros devam votar exclusivamente em negros. A democracia representativa não é feita de critérios raciais e de gênero. Entretanto, quando determinados grupos controlam sistematicamente as posições de comando, enquanto outros permanecem confinados às bases partidárias, às candidaturas sem recursos ou às funções subalternas, já não se pode atribuir o resultado apenas ao mérito individual ou à livre escolha dos eleitores.

Valorizar a participação proporcional dos diferentes segmentos da população não significa impor uma reprodução matemática do Censo em cada parlamento ou governo. Significa criar condições para que a diversidade brasileira possa chegar ao poder sem enfrentar barreiras adicionais de raça, gênero ou classe. Significa a presença de mulheres e negros nas direções dos partidos, nas chapas majoritárias e entre as candidaturas que recebem prioridade política e financeira.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Insegurança em Brasília

Por rigorosa insegurança que aumenta no país, a vida do cidadão de bem não está valendo nada. Em Brasília, não é diferente. A barbárie invadiu a vida da população. Pessoas em situação de rua agora atacam mulheres que passam na rua. Vivemos sob o manto do medo. Acuados, amedrontados, acovardados e humilhados. Faz tempo que a paz deu lugar ao pesadelo. Vivemos massacrados, amordaçados, envergoados, achincalhados e desencantados. Perdemos o direito de ir e vir. Vivemos acossados, atemorizados, agonizados, horrorizados e indignados. Até quando, Santo Deus.

» **Vicente Limongi Netto**
Asa Sul

STJ dá lição cristalina

A condenação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Marco Buzzi por assédio sexual tem um valor pedagógico inquestionável. Em um momento em que alguns políticos (poucos, mas bastante influentes no seu entorno) fazem da misoginia um discurso fantasiado de opinião, enquanto outros se omitem ou, pior, relativizam manifestações de violência e desrespeito contra as mulheres, a Justiça brasileira envia um recado inequívoco. A decisão reafirma que não há cargo, prestígio ou poder capazes de colocar alguém acima da lei. Assédio sexual não é deslize, bravata nem “mal-entendido”: é violência. E violência contra a mulher não comporta complacência, justificativas ou condescendência. A lição é cristalina: seja quem for o agressor, não há espaço para impunidade.

» **Marcus Aurelio de Carvalho**
Santos (SP)

A psicologia circula

Essa ciência parece ser meio subjetiva ou, para muitas pessoas, um caso que vai deixando ficar no mundo meio que no escanteio? Ora, ora... a psicologia anda presente até em meio ao mundo de animais irracionais. Vejamos, a mulher vai caminhando com seu cão de estimação e se encontra com o rapaz solteiro, também, puxando o seu “companheiro”; logo, os animais cumprimentam-se com latidos, por olfatos. E a psicologia é gerada, simultaneamente, entre os humanos. Ela também marca presença nos grupos de WhatsApp. Senão, observamos: a) um membro envia uma mensagem, nem sempre vai haver interesses nas interações da maioria; b) a minoria do grupo até interage, mas pode haver o desinteresse por aquela publicação; c) se dois membros, no grupo, resolvem dialogar um tema em que a maioria não tem interesse, a psicologia anuncia (nas entrelinhas) que devem parar; d) portanto, os membros, desse ou daquele grupo, têm autoridades para fazer suas participações ou silenciar, quando assim quiserem. Num e noutro caso, não deve ser motivo para ninguém se sentir bem à vontade, muito menos ficar no razoável isolamento. Afinal, o bom mesmo é fazermos que a psicologia se permita circular — em boas lições — nas mágicas linhas e entrelinhas que a vida nos oferece no dia a dia!

» **Antônio Carlos S. Machado**
Águas Claras

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Em Brasília, fazer caminhada virou esporte radical de alto risco: você pode ser atacado por um cão abandonado e, logo em seguida, por um criminoso que se passa por uma pessoa em situação de rua.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

Antigamente, o maior tempo de televisão poderia ajudar o candidato a ganhar as eleições. Hoje em dia, o que vale mesmo são as redes sociais!

Roberto Magno — Brasília

Nessas coligações entre partidos, quando o candidato ganha, fica devendo cargos e ministérios. Em vez de ter um ministério técnico, com pessoas que sabem o que fazem para o bem da população, temos ministérios políticos, mais preocupados em mamar dinheiro.

Beto Ribeiro — Recife (PE)

Ir para os Estados Unidos com o único objetivo de o filho nascer americano é uma fraude. Você não tem laços com o país, não trabalha lá, não mora lá e vai ter um bebê lá? Sem condições!

Lika Vilela — Brasília

Corte de luz

Na quinta-feira, fui surpreendido com a notícia do corte de luz em casa. Impossível, pensei, pois o pagamento é feito “desde sempre” por meio de débito em conta. Pois cortaram mesmo. A Neoenergia mudou o código do cliente, suprimindo o dígito, não comunicando aos bancos (via sistema). Resultado: contas não pagas e dezenas de milhares de consumidores com a luz cortada por atraso no pagamento em razão da falha da Neoenergia. Não vejo problema em cortar a luz do inadimplente. Mas a incompetência e irresponsabilidade da Neoenergia, nesse caso, é inacreditável. Sabendo do problema nos débitos em conta, ela deveria ter redobrada atenção com a massa de clientes inadimplentes, mas cujas contas estão em débito em conta. Nesses casos, deveria ter feito a mais ampla divulgação aos clientes — inclusive na mídia —, informando o ocorrido e postergado eventuais cortes de luz, pois é evidente que a inadimplência ocorreu em razão de falha tecnológica da empresa.

» **Milton Cordova Junior**
Vicente Pires



MARCOS PAULO LIMA
marcospaulo.df@cbnet.com.br

A eleição dos passivos políticos

A campanha eleitoral começa oficialmente daqui a oito dias. Na prática, a corrida presidencial está em andamento. Os primeiros movimentos indicam um risco: o pleito de 2026 pode ser marcado menos pelo confronto de ideias e mais pela disputa entre passivos políticos.

Toda eleição revisita o passado dos candidatos e dos grupos em disputa pelo poder. É natural. O cidadão tem o direito de conhecer a trajetória de quem pretende governar o país. A distorção surge quando a história recente ocupa quase todo o espaço reservado ao futuro.

A esquerda continuará convivendo com os reflexos da Lava-Jato, um dos episódios mais transformadores e controversos da vida política brasileira. A direita continuará enfrentando os efeitos políticos dos atos de 8 de Janeiro, tema inevitável da campanha. Soma-se a esse cenário o caso do Banco Master, cujo impacto eleitoral dependerá da evolução dos fatos, do rigor da Justiça na apuração e da percepção do eleitorado.

Toda democracia convive com passivos políticos. Nenhum partido, movimento ou liderança atravessa décadas de vida pública sem acumular decisões controversas, crises ou episódios explorados pelos adversários. O desafio não está na existência dessas marcas. O risco é transformá-las no eixo quase exclusivo do debate eleitoral. Quando isso acontece, a disputa deixa de ser sobre o que os candidatos pretendem fazer e passa a girar apenas em torno do que fizeram — ou do que deixaram de fazer.

Nenhum desses assuntos deve ser ignorado. Transparência, investigação e responsabilização são pilares de qualquer Estado Democrático de Direito. Mas uma eleição presidencial não pode se transformar em um grande plebiscito sobre o passado, no qual o cidadão seja chamado a decidir qual lado carrega o passivo político mais pesado.

Há perguntas muito mais urgentes à espera de resposta. Como retomar um crescimento econômico sustentável? Como elevar a produtividade? Como melhorar a qualidade da educação? Como enfrentar o avanço do crime organizado? Como modernizar o Estado? Como preparar o Brasil para uma economia moldada pela inovação, pela inteligência artificial e pelas transformações demográficas?

Responder a esses desafios exige diagnósticos consistentes, metas claras e capacidade de execução. Acima de tudo, exige lideranças dispostas a apresentar soluções, e não apenas coleções de acusações contra os adversários

Uma democracia madura não elimina o debate sobre o passado. Apenas impede que ele monopolize a discussão sobre o amanhã. Os brasileiros precisam conhecer os erros de quem pede o voto. Mas também têm o direito de comparar propostas, capacidade de gestão e visão de país.

Passivos políticos merecem ser conhecidos. O futuro do Brasil, porém, precisa decidir a eleição.

Para não dizer que não falei de esporte no nosso econtro de sábado, vejo a movimentação de ex-atletas, técnicos e cartolas por um cargo público. No DF, Marcelinho Carioca, ex-meia do Brasiliense e ex-direitor do Capital, cobiça o cargo de distrital. Maior artilheiro do Brasileirão em uma edição com 34 gols em 2004, Washington “Coração Valente” almeja a Câmara dos Deputados. Leila do Vôlei disputa a reeleição ao Senado.

Edmundo está no páreo no Rio para para deputado federal. Luis Fabiano, o Fabuloso, vislumbra o mesmo cargo por São Paulo. Vanderlei Luxemburgo deseja cadeira no Senado por Tocantins. Ex-presidente do Flamengo, Eduardo Bandeira de Mello tenta revalidar o lugar na Câmara. Haja passivos para o eleitor-torcedor avaliar antes de ir à urna.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS 

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br